

CÉDI - P. I. B.
DATA 04/93
COD. WTD 00102

NOTA A RESPEITO DA HIDRELÉTRICA DE BALBINA

Com a formação do futuro lago da Usina Hidrelétrica de Balbina, comunidades Waimiri/Atroari e lavradores locais serão diretamente atingidos. A 25 de maio último, representantes da CPT, Cimi, Cut, Marewa e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estiveram reunidos em Presidente Figueiredo para discutir o problema. Na oportunidade, se fez um levantamento da situação geral e se elaborou a seguinte nota de repúdio à instalação da usina:

"Recentemente a Eletronorte publicou pela Imprensa (veja a Crítica 08/05/86) os editais de desapropriação. Nos editais não constou um só nome dos lavradores que terão suas terras inundadas pela futura Usina Hidrelétrica de Balbina. Apenas são citados grandes latifundiários que pouco ou nada trabalharam na área.

Também nada se fala das comunidades Waimiri que serão as maiores prejudicadas. Um decreto do Ex-Presidente João Figueiredo (Dec. 85.898/81) lhes desapropriou ilegalmente 1/3 (um terço) da Reserva para área de utilidade pública visando a formação do futuro lago de Balbina, sem sequer citar que se trata de área indígena.

Sentimo-nos igualmente preocupados com os irreparáveis prejuízos que a Usina Hidrelétrica de Balbina, através do seu reservatório, causará para o meio-ambiente, através da destruição de mais de 300.000 hectares de floresta virgem. Prejuízos que vão desde o fedor das árvores em putrefação até a substituição da floresta por uma vegetação aquática que vai sufocando a própria vida do lago e dos seus arredores.

Levantamos também a nossa preocupação com o próprio sentido da obra. Porque tão enormes gastos de recursos provenientes dos cofres públicos, para uma obra absurda e fadada ao fracasso, a ser um verdadeiro armazém de problemas. A análise de todas as hidrelétricas construídas em semelhantes condições falam alto. Desde a primeira construída em Brocopondo no vizinho Suriname até o atualíssimo fracasso da usina hidrelétrica que abastece Macapá, que está deixando nestes dias aquela capital em "Blackout" por causa de problemas amplamente previstos e estudados e cujos reparos sempre envolvem recursos de milhões de cruzados aos cofres públicos.

Finalmente queremos levar a público as nossas incertezas diante do ambiente de total desinformação mantido pela Eletronorte a respeito de assuntos de vital importância para a população.

regional (sobretudo índios e lavradores), para a população do Estado e da Nação.

São elas: Até quando e por que a Eletronorte vai esconder à população residente na área, a verdade sobre o nível das águas e como procederá às indenizações?

Quando dará uma informação certa e oficial a respeito do destino da BR-174 quando da subida das águas?

Quando indenizará e como às aldeias e territórios Waimiri que serão atingidos com o reservatório?

Quando dará uma definição certa a respeito da forma como retirará a biomassa da área do reservatório e se em definitivo foi afastada a hipótese da utilização de desfolhantes ou herbicidas para a eliminação da massa verde e controle da rebrota, (recomendação do INPA de 18/03/83).

O que será feito do enorme potencial de madeiras de lei existentes na área a ser inundada?

Finalmente manifestamos o nosso repúdio por essa obra absurda tão cara aos cofres públicos, tão devastadora para o meio ambiente e sobretudo de um custo social tão alto, para uma geração de energia ridícula, a ponto de não responder sequer a demanda da capital do Estado".

Presidente Figueiredo, 25 de maio de 1986.